



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

1 Ata da II sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as treze horas e
2 trinta minutos do dia dois de março de dois mil e vinte e três, e realizada presencialmente na Sala
3 S-104, 2º andar do Bloco TAU da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Alameda da
4 Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP. A reunião foi presidida pela
5 professora Fernanda Graziella Cardoso, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos
6 seguintes membros: Adriana Pugliese Netto Lamas, Coordenadora do curso de Licenciatura em
7 Ciências Biológicas; Alexandre Acácio de Andrade, Coordenador do curso de Engenharia de
8 Gestão; Alysso Fábio Ferrari, Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Annibal Hetem
9 Júnior, Vice-coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial; Bruno Yuiti, Representante
10 Discente; Carolina Benetti, Coordenadora do curso de Engenharia Biomédica; César Augusto
11 João Ribeiro, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Ana Paula de
12 Mattos Areas Dau, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Deonete
13 Rodrigues Nagy, Representante técnico-administrativa; Diego Araújo Azzi, Coordenador do
14 curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Diego Sanches Corrêa, Coordenador do curso
15 de Bacharelado em Políticas Públicas; Gabriel Almeida Antunes Rossini, Coordenador do curso
16 de Bacharelado em Ciências Econômicas; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, Coordenadora do
17 curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Jerônimo Cordoni Pellegrini, Coordenador
18 do Bacharelado em Ciência da Computação; Karina Passalacqua Morelli Frin, Coordenadora do
19 curso de Bacharelado em Química; Kenji Nose Filho, Coordenador do curso de Engenharia da
20 Informação; Lúcio Campos Costa, representante do curso de Licenciatura em Física; Luis
21 Fernando Grespan Setz, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Materiais; Marcelo
22 Modesto da Silva, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Energia; Márcia Helena Alvim,
23 Vice-diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Maurício Richartz, Vice-
24 diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Marcos Vinícius Pó,
25 Diretor do Centro Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS);
26 Maria Luiza Levi Pahim, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências e
27 Humanidades (BC&H); Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Coordenadora do curso de
28 Licenciatura em Ciências Humanas; Nathalie de Almeida Bressiani, Vice-coordenadora do curso
29 de Bacharelado em Filosofia; Patricia da Silva Sessa, Coordenadora do curso de Licenciatura em
30 Ciências Naturais e Exatas; Rafael Cava Mori, Vice-coordenador do curso de Licenciatura em
31 Química; Raquel Vecchio Fornari, Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência;
32 Roberto Jacobe Rodrigues, Coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação
33 e Robótica; Rodrigo Roque Dias, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Sílvio
34 Ricardo Gomes Carneiro, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia; Vagner Guedes
35 de Castro, Representante técnico-administrativo. **Ausentes:** Não houve. **Ausências justificadas:**
36 Graciella Watanabe, Coordenadora do Curso de Licenciatura em Física; Luciano Soares da Cruz,
37 Coordenador do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Renata Maria Pinto
38 Moreira, Coordenadora do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Vinícius Pazuch,
39 Coordenador do curso de Licenciatura em Matemática. **Não votantes:** Anderson Luis Saber
40 Campos, CGCG; Carla Regina Oliveira, DEAT/Prograd; Dulcimara Rosa Darré, ProAP; Lígia
41 Lopes Gomes, DEAT/Prograd; Marcelo Salvador Caetano, Vice-presidente da Comissão de
42 Graduação; Renata Coelho, DAC/Prograd. **Apoio administrativo:** Marcelo Sartori Ferreira,
43 Secretário Executivo. Professora Fernanda Cardoso cumprimentou a todos e deu início à sessão
44 às treze horas e quarenta e nove minutos. **Informes da Presidência.** 1) Indicação de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

45 representantes docentes e técnico-administrativos para a Comissão Disciplinar Discente da
46 Graduação (CDDG). Professora Fernanda Cardoso informou que já houve indicações para
47 representantes docentes (Ramatis Jacino, titular, e Ruth Ferreira Galduróz, suplente) e para
48 representantes técnico-administrativos (Rail Ribeiro, titular, e Alexandre Silva, suplente). De
49 acordo com o Regimento Interno da CDDG, é necessário que os nomes sejam aprovados pela
50 CG. Os membros acataram as indicações de ambas as representações por unanimidade. 2)
51 Próximos passos do planejamento de oferta didática do 2Q23 – CGCG. Professor Anderson
52 informou que o planejamento para o 2º quadrimestre está em fase de finalização. Restam apenas
53 conferência das informações e indicação dos nomes dos docentes das turmas, sobretudo dos
54 cursos de ingresso. 3) Publicação de Atos Decisórios do ConsEPE. Professora Fernanda Cardoso
55 informou sobre a publicação do Ato Decisório ConsEPE nº 244, que desobriga discentes do
56 Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H) que ingressaram até 2022 e que requisitarem
57 integralizar o BC&H com base em sua matriz de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2022 de
58 cumprir, necessariamente, a totalidade das 240h (duzentas e quarenta horas), ou 20 (vinte)
59 créditos, de ações de extensão sob a forma de carga horária extensionista; e do Ato Decisório
60 ConsEPE nº 247, que aprova a conversão de carga didática em carga de gestão do(a) Vice
61 Coordenador(a) Geral dos Cursos de Graduação da UFABC. 4) Publicação de Atos Decisórios
62 da CG. Professora Fernanda Cardoso informou sobre a publicação dos Atos Decisórios nº 027 e
63 028, que aprovaram os Documentos Complementares I e II dos PPCs de Licenciatura em
64 Ciências Naturais e Exatas e Licenciatura em Ciências Humanas. 5) Reunião com as
65 coordenações dos cursos de Engenharia, Bacharelado em Física e Direções de Centro. Professora
66 Fernanda Cardoso informou sobre a referida reunião, para apresentação e definição da Carta de
67 Serviços dos Laboratórios Didáticos Secos. 6) Portaria Prograd que estabelece os critérios de
68 seleção para preenchimento de vagas nas disciplinas da graduação da UFABC para as matrículas
69 do segundo quadrimestre de 2023. Professora Fernanda Cardoso informou que em breve seria
70 publicada a referida Portaria. **Ordem do Dia.** 1) Ata da I sessão extraordinária da Comissão de
71 Graduação, realizada em 31 de março de 2022. Professora Fernanda Cardoso abriu espaço para
72 comentários e sugestões. Sem manifestações, o documento foi colocado em votação e aprovado
73 por unanimidade. 2) Ata da II sessão extraordinária da Comissão de Graduação, realizada em 19
74 de maio de 2022. Professora Fernanda Cardoso abriu espaço para comentários e sugestões. Sem
75 manifestações, o documento foi colocado em votação e aprovado com duas abstenções. 3) Ata da
76 III sessão extraordinária da Comissão de Graduação, realizada em 25 de agosto de 2022.
77 Professora Fernanda Cardoso abriu espaço para comentários e sugestões. O representante
78 discente Bruno sugeriu correção de formatação (negrito em não votantes e ausências
79 justificadas). A sugestão foi acatada. Sem mais manifestações, o documento foi colocado em
80 votação e aprovado com uma abstenção. 4) Ata da IV sessão extraordinária da Comissão de
81 Graduação, realizada em 17 e 23 de novembro de 2022. Professora Fernanda Cardoso abriu
82 espaço para comentários e sugestões. Professora Karina sugeriu alterar a redação de uma de suas
83 falas: “Professora Karina expressou sua preocupação com o descumprimento do limite de 35%
84 de disciplinas obrigatórias pelo BCT e que isso implicaria também no descumprimento dos 75%
85 de disciplinas obrigatórias dos cursos pós-BCT, como por exemplo o do Bacharelado em
86 Química e o aumento da carga horária do curso. Questionou quem iria estabelecer então qual
87 seria esse novo limite. Também argumentou que a justificativa para o não cumprimento do
88 máximo de 35% de disciplinas obrigatórias não estaria no formato adequado e pediu um texto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

89 mais bem elaborado para ir ao ConsEPE, inclusive para que as outras coordenações de curso
90 também o justifiquem a suas plenárias”. A proposta foi acatada. Sem mais manifestações, o
91 documento foi colocado em votação e aprovado com uma abstenção. **Expediente.** 1) Proposta de
92 revisão do Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Políticas Públicas. Professor Diego
93 Corrêa fez uma apresentação sobre a proposta: “Revisão do Projeto Pedagógico (2015-2023).
94 Bacharelado em Políticas Públicas. Resumo executivo das principais alterações. Diego Sanches
95 Corrêa, coordenador; Camila Nunes Caldeira Dias, vice- coordenadora. Quadro Síntese:
96 comparação de quantitativo (em créditos e horas) de disciplinas obrigatórias, disciplina de opção
97 limitada, disciplinas livres, atividades de extensão, atividades complementares, TCC, imersão e
98 total, entre os PPCs de 2015 e 2023. Disciplinas obrigatórias: Excluídas: Governança Pública,
99 Democracia e Políticas no Território (ESHT008-17); Finanças Públicas (ESH017 17) Temas
100 Contemporâneos (ESHP020 13). Incluídas: Poder Legislativo e Processo Decisório (disciplina
101 nova); Instituições Judiciais e Políticas Públicas (ESZP002-13). Conteúdo modificado:
102 Burocracia e Implementação de Políticas Públicas (ESHP009-22); Métodos Qualitativos e
103 Desenho de Pesquisa para o TCC em Políticas Públicas (ESHP024-22). Outras 6 disciplinas
104 obrigatórias tiveram o nome alterado, sem modificação substantiva no conteúdo. Observatório de
105 Políticas Públicas: No PPC de 2015, era uma disciplina comum. No PPC de 2023, será um
106 componente curricular integralizador denominado “Imersão”, com resolução própria . Um GT
107 foi criado para redigir a resolução que regulará a oferta e matrícula neste componente curricular.
108 Esta disciplina sofreu ajustes, buscando adequá-la melhor às DCNs do campo de públicas: DCNs
109 do campo de públicas: Art 6º, parágrafo 1º: O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem
110 prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais: IX concepção e composição das
111 atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de
112 realização, observado o respectivo regulamento. Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá
113 disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até
114 imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades , com base em regulamento próprio de cada
115 Instituição de Educação Superior. Classificação por eixos: Segundo o PPC de 2015, as
116 disciplinas obrigatórias estavam divididas em 4 eixos: 1 interdisciplinar, 2 gestão de políticas
117 públicas, 3 ciência política e 4 metodológico. No entanto, as disciplinas não eram explicitamente
118 classificadas em cada eixo. Nesta proposta, os 4 eixos foram revistos: 1 Análise e Gestão de
119 Políticas Públicas, 2 Estrutura e Instituições do Estado, 3 Estado, Economia e Sociedade e 4
120 Metodologia de Pesquisa e TCC. Cada disciplina é explicitamente inserida em um destes eixos.
121 Atividades de Extensão: Os estudantes precisam de 22 créditos de extensão (sendo 20 créditos
122 previstos para integralização do BC&H), além dos 4 créditos referentes à atividade obrigatória
123 de imersão. Esses 26 créditos correspondem a 10,4% do currículo do BPP. Possibilidades:
124 Disciplinas extensionistas de opção limitada do BC&H ou do BPP e disciplinas extensionistas de
125 livre escolha , com créditos de extensão definidos na própria ementa. Disciplinas ofertadas
126 excepcionalmente com créditos de extensão, quando for aprovada pela plenária do curso em
127 interlocução com a equipe da Pró Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) antes do início do
128 quadrimestre letivo. Ações de extensão da universidade: Para participar, o discente precisa se
129 inscrever nos editais divulgados regularmente pela Proec ou contactar diretamente o coordenador
130 da ação de interesse. Outras atividades: a) Engajamento em futuros projetos, eventos e atividades
131 extensionistas criados e organizados pelo BPP ou outros cursos, quando aprovados pela ProEC.
132 b) Estágios com caráter extensionista, quando for regulamentado. c) Trabalho de Conclusão de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

133 Curso (TCC) de caráter extensionista, quando for regulamentado. d) Ações registradas no
134 módulo Extensão do Sistema de Gestão Acadêmica. e) Demais atividades discentes previstas na
135 resolução ConsEPE nº 253/2022 ou futuras resoluções que a substituam ou complementem. O
136 cômputo de horas e a comprovação da participação em atividades extensionistas seguirá o
137 disposto na seção 8 do projeto pedagógico do BC&H de 2022. Créditos de extensão (fator E) de
138 disciplinas são contabilizados no componente curricular “Atividades de Extensão” indicado no
139 quadro síntese da seção 8.2. Ao cursar uma disciplina de opção limitada de 4 créditos e fator E
140 também igual a 4, por exemplo, o discente obterá 4 créditos de extensão. Estágio Curricular: As
141 DCNs do Campo de Públicas exigem a realização de estágio supervisionado através de
142 atividades de imersão acadêmica ou de estágio propriamente dito. Por isto, o currículo do BPP
143 prevê a Imersão como componente curricular integralizador, através da disciplina “Observatório
144 de Políticas Públicas”, ofertada idealmente no 12º quadrimestre. Sob a orientação de um docente,
145 os estudantes participam de atividades em órgãos públicos, interagindo com burocratas, políticos
146 e outros agentes, para se familiarizarem com potenciais áreas de atuação profissional após a
147 graduação. Essas atividades ocorrem geralmente no período de recesso, embora o planejamento e
148 atividades preparatórias sejam desenvolvidas ao longo do quadrimestre regular. Trabalho de
149 Conclusão de Curso: O trabalho de conclusão de curso (TCC) é desenvolvido ao longo de três
150 quadrimestres. O primeiro ocorre no 10º quadrimestre ideal, através da disciplina “Métodos
151 Qualitativos e Desenho de Pesquisa para o TCC de Políticas Públicas”. Nesta disciplina, os
152 estudantes aprendem técnicas de análise qualitativa e constroem um projeto de pesquisa. O
153 projeto é avaliado ao final do curso e pode seguir tanto uma abordagem qualitativa, quanto uma
154 abordagem quantitativa, com base nos conhecimentos adquiridos na disciplina “Métodos
155 Quantitativos em Políticas Públicas”, ofertada no quadrimestre anterior. O trabalho é então
156 apresentado em um colóquio organizado pelo BPP e avaliado por outro docente. Sendo
157 aprovado, o TCC é publicado no repositório do curso. Disciplinas de Opção Limitada com
158 previsão de oferta pelo BPP: Foram criadas 15 disciplinas de OL, sendo 4 totalmente
159 extensionistas. 19 disciplinas de OL do PPC de 2015 não serão mantidas no novo PPC (sendo
160 que uma se tornou obrigatória). Assim, a lista de disciplinas de OL com previsão de oferta pelo
161 BPP é composta de 37 disciplinas, quatro a menos em relação ao PPC de 2015. Disciplinas de
162 Opção Limitada com previsão de oferta por outros cursos: O novo PPC amplia de 23 para 57 a
163 lista de disciplinas de OL com previsão de ofertas por outros cursos. Assim, o rol de disciplinas
164 de OL do curso foi ampliado de um total de 64 em 2015 para 94 no novo PPC. As disciplinas de
165 opção limitada com previsão de oferta por outros cursos foram agrupadas em ênfases, com
166 possibilidades de matrícula em quase todos os quadrimestres ideais dos respectivos cursos. Isto
167 possibilita o acúmulo gradual de conhecimento dentro de uma mesma ênfase. Ênfases nas
168 disciplinas de opção limitada: 5 ênfases: Economia Brasileira; Gestão do Território e Políticas
169 Ambientais; Relações Internacionais; Gestão Administrativa; Análise de Dados. Regras de
170 Transição: Para integralizar PPCs anteriores, créditos extras em disciplinas de OL substituem
171 disciplinas que deixaram de ser obrigatórias no novo PPC. Discentes que integralizarem a matriz
172 de 2015 do BC&H e que optem por integralizar a matriz de 2023 do BPP precisarão cumprir
173 apenas 6 créditos referentes a atividades de extensão, sendo 4 através do “Observatório de
174 Políticas Públicas”. Estes discentes não precisarão cumprir os 20 créditos de atividades de
175 extensão previstos no quadro-síntese da página 20 do projeto pedagógico do BC&H de 2022. O
176 PPC de 2010 terá validade até 2025 e o PPC de 2015 terá validade até 2030, sendo em seguida



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

177 extintos”. Professora Fernanda Cardoso abriu espaço para comentários e sugestões. Professor
178 Jerônimo apontou que a disciplina Processamento de Informação do BC&T tinha o TPI de 2-3-2
179 e mudou para 4-0-0. Professor Diego Correa comentou que iria averiguar a questão exposta. Sem
180 mais comentários e sugestões, professora Fernanda Cardoso sugeriu a passagem da proposta à
181 Ordem do Dia, sendo secundada e acatada por unanimidade. Na Ordem do Dia, sem
182 manifestações, colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. 2) Proposta de
183 Resolução que estabelece normas e critérios para a solicitação e cancelamento de matrículas em
184 disciplinas da graduação na UFABC, revoga e substitui as Resoluções CONSEPE nº 131, nº 202 e
185 nº 219, e dá outras providências. Professora Fernanda Cardoso informou que houve alterações na
186 proposta, conforme sugestões expostas na CG. Apresentou dois destaques de alteração: exclusão
187 de Artigo que versava de pedidos de transferência extemporânea; centralização de todos os
188 pedidos na Prograd, em especial da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT), para
189 proporcionar acompanhamento pedagógico. Ressaltou que tal medida sobrepõe ao disposto na
190 Resolução ConsEP nº 74, visto que tal competência dos coordenadores de curso passaria à
191 Prograd. Apresentou o restante da proposta. Em seguida, abriu espaço para comentários e
192 sugestões. Professora Guadalupe sugeriu que o Capítulo VIII fosse denominado ‘situações de
193 caráter excepcional’; que os artigos sobre matrícula e cancelamento extemporâneo ficassem
194 neste capítulo; e nos Art. 1º e 26, definir que as referidas solicitações serão consideradas
195 excepcionais. Perguntou se depois de concretizados os procedimentos seria possível dar ciência
196 às coordenações de curso. Professor Marcos Pó, no Art. 25, quanto à questão do estágio
197 remunerado, citou que a Lei de Estágios não caracteriza estágio como vínculo empregatício e
198 que tal deve ser compatível com o horário escolar. Opinou que durante o quadrimestre não se
199 deveria aceitar solicitações de matrícula e cancelamento. A servidora Renata Coelho, chefe da
200 Divisão Acadêmica da Prograd, fez alguns comentários: 1) o cancelamento previsto nesta
201 proposta será considerado para o limite de cancelamentos sem justificativa, previsto noutra
202 Resolução; 2) quanto à matrícula extemporânea, considerando os prazos de ajuste e reajuste,
203 poderá ocorrer de não se conseguir cumprir com tais prazos; 3) sugeriu não citar que seja a
204 DEAT especificamente o setor disposto na proposta, mas sim genericamente a Prograd; 4)
205 defendeu que o estágio continuasse como uma das justificativas para matrícula e cancelamentos
206 extemporâneos. Professora Fernanda Cardoso respondeu: 1) acatou sugestões da professora
207 Guadalupe; quanto à ciência às coordenações, tal seria avaliado; 2) acatou sugestão de deixar
208 Prograd na proposta em vez de DEAT; 3) quanto às observações do professor Marcos Pó,
209 concordou com a servidora Renata e que a realidade dos discentes impõe a necessidade de
210 manter-se no estágio. A servidora Lígia da DEAT/Prograd reiterou a sugestão de retirar DEAT
211 da redação. Concordou que os prazos poderiam ser estipulados em Portaria da Prograd. Em
212 relação ao papel da DEAT, informou que sua orientação é pedagógica e qualitativa e que nem
213 sempre os atendimentos aos discentes são feitos rapidamente. Considerando o grande número de
214 solicitações de matrícula e cancelamento, o referido setor poderia ter suas atividades
215 prejudicadas. Argumentou que questões operacionais não deveriam estar a cargo do mesmo setor
216 responsável por acolhimento, orientação e acompanhamento pedagógico. O representante
217 técnico-administrativo Vagner concordou com a sugestão de não se discriminar o nome do setor
218 na normativa ou então que se acrescentasse “ou outro setor que o substitua ou que realize tal
219 atividade”. Quanto ao Art. 25, demonstrou preocupação de que, pela sua redação, daria ensejo a
220 todos os discentes do período diurno ter justificativa para solicitar cancelamento em seu período



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

221 e matrícula no período noturno. Argumentou que haveria falta de isonomia quanto a discentes
222 que façam estágio não remunerado. Opinou que o estágio remunerado ou não deveria ter
223 aderência a seu curso de graduação. Professor Diego Correa opinou que a versão atual da
224 proposta está mais adequada de que as versões anteriores. Professora Fernanda Cardoso teceu
225 alguns comentários: 1) quanto às observações da servidora Lígia, informou que os fluxos foram
226 definidos na proposta a pedido dos membros da CG. Quanto ao papel da DEAT, é uma questão a
227 ser amadurecida; 2) no tocante à fala do representante Vagner, a justificativa foi baseada no texto
228 da Resolução ConsEPE nº 219. Ressaltou que a mudança de turno somente se dará se houver
229 vaga na turma de outro turno. Professora Maria Levi concordou com a centralização dos pedidos
230 na Prograd. Sugeriu um critério: a tentativa prévia de matrícula antes de solicitação da matrícula
231 extemporânea, sobretudo para discentes prestes a integralizar seus cursos. Quanto ao limite de
232 vagas, sugeriu colocar um critério de sujeição ao teto de vagas e, caso ultrapassado, consultar as
233 coordenações. A servidora Carla Oliveira, chefe da DEAT, concordou em deixar bem claro a
234 excepcionalidade da norma. Acerca do estágio, sugeriu a manutenção da redação atual.
235 Ressaltou a necessidade de estruturar um setor de estágios da universidade e integrá-lo às demais
236 áreas, como acompanhamento pedagógico. Professora Adriana opinou que os Art 20 e Art 24
237 teriam conflito em sua redação; art 25, sugeriu inclusão do estágio obrigatório, necessário para
238 conclusão de seu curso. Destacou a importância de uma Central de Estágios na universidade. A
239 servidora Renata Coelho avaliou ser necessário um estudo sobre aproveitamento de vagas com o
240 ajuste e o reajuste. Professor Rodrigo sugeriu: 1) melhor organização dos tópicos do Art. 26; 2)
241 nos Art 26, 10 e 11, definir melhor a quais cursos se refere o coeficiente de progressão.
242 Professora Carolina Benetti indagou se deveria haver critérios de desempate de matrículas
243 extemporâneas. Professora Fernanda Cardoso respondeu que critérios de ranqueamento não
244 seriam adequados em vista do caráter de excepcionalidade da proposta. Professor Marcos Pó
245 sugeriu considerar a inclusão do estágio obrigatório. Devido ao avançado das horas, professora
246 Fernanda Cardoso interrompeu a discussão e informou que a proposta receberia alterações e
247 retornaria na próxima sessão ordinária, tal como o último item do Expediente. Agradeceu a todos
248 e encerrou a sessão às dezesseis horas e vinte e três minutos, cuja Ata foi lavrada por mim,
249 Marcelo Sartori Ferreira, Secretário Executivo, e aprovada pela professora Fernanda Cardoso,
250 Presidente, e pelos demais membros presentes à sessão-----

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO
Presidente

MARCELO SALVADOR CAETANO
Vice-presidente

MARCELO SARTORI FERREIRA
Secretário Executivo